

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

Massaud Moisés

1. Inevitavelmente, o tópico que me foi destinado dentro da Semana da Faculdade de Marília deste ano, pressupõe umas considerações preliminares. Como a preparar os restantes aspectos da discussão, ajudam a discernir e a esclarecer.

Primeiro que tudo: sob pena de conduzir a resultados medíocres, o exame dos problemas relativos aos estudos pós-graduados em Literatura Portuguesa implica todo o sistema de pós-graduação, tal a interdependência entre a disciplina em si e as entidades superiores, desde o Departamento (de Clássicas e Vernáculas, Românicas, Neolatinas ou que outra denominação possa ter) até a própria Universidade. Em suma: parece-me inócuo pensar na pós-graduação numa disciplina sem levar em conta o curso na sua totalidade, em qualquer dos níveis assinalados.

Em segundo lugar: dado que os cursos de pós-graduação somente agora vêm sendo instalados no Brasil, toda consideração a respeito parece girar em torno do que *devem ser*, mais do que em torno do que *são*. Equivale a dizer que o debate acabará fatalmente padecendo de um caráter abstrato ou teórico.

2. Posto o que, passo ao assunto em pauta. Antes de mais nada, importa frisar que vou apresentar um depoimento, e depoimento baseado na minha própria experiência, processada sobretudo na Universidade de São Paulo, antes da regulamentação final dos cursos de pós-graduação, e em Universidades norte-americanas. Sempre me pareceu que a pós-graduação constitui o rótulo genérico dos cursos que o estudante frequenta depois do bacharelado, tendo em vista a obtenção dos títulos de Mestre e de Doutor. Sem qualquer parentesco com os anteriores cursos de aperfeiçoamento e especialização,

visam a propiciar a estudantes mais bem dotados ou altamente interessados, preparo que lhes faculte realizar carreira docente na esfera superior. Em suma: trata-se de formar professores para o ensino universitário, e estimular, sempre que possível, as vocações para a pesquisa, no caso literária, a fim de coibir os abusos reinantes, gerados pela improvisação. Foi com esse espírito que iniciei a pós-graduação em Literatura Portuguesa, em 1966, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cujo andamento se relata a seguir.

Considerando que o estudante de pós-graduação em Literatura Portuguesa, durante o bacharelado, deve ter estudado a matéria pelo menos quatro semestres;

Considerando que também trava conhecimento com a disciplina no curso secundário;

Considerando que eu exigia um pré-requisito de mais dois semestres (o 4.º ano do curso seriado), ou adaptação equivalente (curso complementar, paralelo ao fundamental);

acreditava, como ainda hoje, que a pós-graduação em Literatura Portuguesa não deve ser extensiva mas intensiva, ou seja, há de oferecer um campo restrito dentro da panorâmica histórica da disciplina, no qual o estudante se concentrará por um longo lapso de tempo.

Resolvido esse problema metodológico, defrontava-me com outro: qual área escolher? Uma de minha predileção, ou/e que atendesse ao arbítrio dos estudantes? Propus-lhes o exame da época do Simbolismo, em parte para satisfazer-lhes o desejo de trabalhar em literatura moderna, em parte pelas características *sui generis* que a quadra ostenta. Aceita a proposta em primeira instância, apresentei-lhes os seus demais aspectos. Em vez de estudar os autores principais — Antônio Nobre, Camilo Pessanha, Eugênio de Castro, Raul Brandão —, mais ou menos classificados e conhecidos, deteríamos nossa atenção na análise dos secundários. Cada um dos membros do grupo escolheria um deles para objeto de sua tese de Mestre.

Qual a vantagem na opção dessa alternativa? Parecia-me, e ainda me parece, que o ensino universitário das Letras não escapa de um círculo vicioso: por motivos óbvios, estudam-se apenas os nomes consagrados, de que resulta a assimilação involuntária das opiniões cristalizadas e, não raro, a confirmação ou aceitação do *status quo*. Evidentemente, há

que tentar romper o círculo fechado, e assim tenho procurado fazer nos meus cursos na Universidade de São Paulo, mas as possibilidades de saída nem sempre se tornam exequíveis, dentro das condições normais do nosso ensino superior. As mais das vezes, o aluno abandona o seu curso de Letras sem desenvolver toda a sua capacidade crítica e sua independência de juízo. Camões é um grande poeta, sim senhor, mas por que? Qual o valor de Eça de Queirós? Ainda que o trabalho do estudante conduza a ratificar a verdade estatuída pela convenção, largo passo deu se utilizou em plenitude sua faculdade de julgar, sem sujeitar-se servilmente às afirmações de autoridades indiscutíveis.

De qualquer modo, seria (é) inconcebível que um futuro professor na disciplina veja reduzido seu trabalho à tarefa de armazenar juízos alheios. Se nem no curso secundário é de desejar tal procedimento, que se dirá ao nível superior.

Portanto, os estudantes de pós-graduação exercitariam suas possibilidades críticas analisando escritores ainda não estratificados: investigando-os com o máximo de rigor possível, poderiam concluir que de fato o esquecimento era merecido. Mas, nesse caso, a ilação viria acompanhada de uma justificativa eloqüente, isto é, a tese, ou dissertação, e não apenas a sentença definitiva de um historiador da Literatura: ter-se-ia, pois, a prova exigida, — que noutra parte não se encontraria —, e só isso garantiria a utilidade do resultado obtido. E também se poderia chegar à conclusão oposta, ou seja, retificar a idéia crítica passada em julgado, e o autor menor ascender a um plano superior, mercê de igual tratamento rigoroso.

Por outro lado, o estudante efetuaria todo um levantamento bibliográfico, desde obras raras e impressas até revistas e, quiçá, manuscritos, etc., quer no encaço de arrolar o que o autor teria escrito, quer o que a seu respeito se vem publicando. Assim procedendo, o estudante desdobraria outros aspectos de sua personalidade intelectual: seria obrigado a um trabalho de busca e rebusca, onde tivesse notícia de se achar algum material útil. Ver-se-ia compelido a vencer a força da inércia, que costuma atraí-lo sempre que idealiza encontrar tudo arrumado e pronto na biblioteca da sua escola e/ou da cidade em que vive. Dar-se-ia conta de que semelhante trabalho requer tempo e pertinácia, mas acabaria colhendo a satisfação da descoberta de material novo ou escassamente freqüentado.

Por certo, tinha eu plena consciência de que lidava com estudantes brasileiros e envolvidos por uma série de dificuldades materiais, empenhados no exame de autores situados fora das suas fronteiras geográficas e históricas, para não dizer culturais. Entretanto, acreditava, como ainda hoje, que tais empecilhos devem servir de acicate e não de desânimo: para que algo de sólido, literariamente falando, resulte da rotina docente e da investigação, é mister transformar os obstáculos em estímulos. Do contrário, tudo continua como dantes e a prospeção que temos de fazer na Literatura Portuguesa não adianta uma polegada.

Ainda mais: poderiam oferecer uma contribuição nova acerca desses autores secundários, na medida em que fariam uma leitura descomprometida, e em que pudessem compulsar um material informativo porventura só existente no Brasil. Lembro, de passagem, que muitos escritores portugueses do século XIX colaboraram em jornais do Rio de Janeiro, como, por exemplo, Moniz Barreto, cuja obra crítica dorme, em considerável volume, no *Jornal do Comércio*, à espera de um pesquisador de fôlego ou interessado.

Na preparação da sua tese, o estudante haveria de empreender, necessariamente, uma série de leituras, vinculadas ao autor e/ou tema selecionado, à época em que o mesmo se insere e às áreas afins. Entendo por "áreas afins" aquelas que se conectam diretamente com o assunto da tese, desde a teoria literária até a Filosofia ou Ciência. Desse modo, ao elaborar sua dissertação o estudante poderia ir revendo seus conhecimentos literários e sistematizá-los, decerto pela primeira vez. Natural, pois, que a tese assumisse, e deva assumir, nessa perspectiva, importância capital. Estou em dizer que o núcleo do curso de pós-graduação, assim entendido, consistiria na redação da tese e nas providências que lhe dizem respeito.

Dada a especial conjuntura em que transcorreu a referida pós-graduação em nível de Mestrado, desenvolveram-se dois cursos dentro da Literatura Portuguesa, acerca do valor em Poesia e do valor em Prosa, ambos de duração anual, e que prolongavam, de algum modo, a Literatura Portuguesa III ou do 4.º ano, no sistema seriado. Objetivavam colocar em discussão, no espaço da Literatura Portuguesa, o problema do valor, referido ao texto poético e ao texto em prosa, tendo como propósito reexaminar as bases de que partíamos, estudantes e eu, para avaliar a época do Simbolismo.

A par de tais cursos, eminentemente problematizantes, os estudantes assistiram a dois outros, de apoio, alargamento e formação: um, de Estética, acerca do *Art Nouveau*, e outro, de História de Portugal, abrangendo os anos entre 1890 e 1915. Na escolha dos cursos, optou-se pelo critério da concentração e afinidade e da colaboração interdepartamental e mesmo interfaculdades, de vez que o professor de Estética pertencia à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e o de História de Portugal, ao Departamento de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade.

Apesar de tudo, creio que o curso funcionou satisfatoriamente, haja vista o interesse permanente dos alunos e a qualidade das teses de Mestrado que foram apresentadas, em torno de Gomes Leal, Antônio Patrício e Antônio Maria Lisboa.

4. Com fundamento nessa experiência, podemos passar ao exame dum projeto de pós-graduação em Letras — Literatura Portuguesa. Antes de tudo, sou de parecer que se separem o Mestrado e o Doutorado, como, aliás, parece que se pensa fazer. Mas acredito que a separação deva ser mais radical, ao menos num pormenor. Ou seja, entendo que deva haver um Mestrado em Vernáculos (ou equivalentes), com uma área de opção, e um Doutorado na área de concentração (no caso, Literatura Portuguesa).

Vejamos como funcionaria: o estudante se matricularia no Departamento (Vernáculos), e não na disciplina, em que desejasse tirar o Mestrado e, posteriormente, o Doutorado. Optaria por uma disciplina de sua preferência (Literatura Portuguesa, por exemplo), na qual elaboraria sua tese. Assim, estaria inscrito no curso de Mestrado do Departamento de Vernáculos, tendo como área de concentração uma de suas disciplinas básicas. Admitindo que lhe fossem exigidos seis cursos, três seriam obrigatórios — Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, e três facultativos, de uma lista que o Departamento lhe apresentaria todo início de ano ou semestre letivo. Quer os cursos fundamentais, quer os optativos procurariam atender ao duplo objetivo de coope- rar na montagem da tese e de aprimorar a formação do estudante.

Transposto o Mestrado, o aluno prosseguiria os estudos, já agora no setor escolhido, digamos, Literatura Portuguesa. Elaboraria a tese e assistiria a cursos tendo-a em vista exclu-

sivamente: o propósito seria alcançar o máximo de convergência e aprofundamento. Entendo que, ao atingir esse ponto, estarão assentes os alicerces para um trabalho que deve gerar uma colaboração original no campo da Literatura Portuguesa. Daí que os cursos devam confluir para a formulação da tese e não serem de caráter formativo (no sentido em que os de Mestrado o são), ressalvada a hipótese de o estudante necessitar de algum curso suplementar, a critério do Orientador.

5. Em síntese, teríamos o seguinte:

I — MESTRADO (em VERNÁCULAS)

1. *Matérias Básicas (3)*
 - a) Língua Portuguesa
 - b) Literatura Brasileira
 - c) Literatura Portuguesa
2. *Área de Concentração*: uma das Matérias Básicas.
3. *Matérias Optativas (3)*
 - a) Teoria da Literatura
 - b) Linguística
 - c) Estética
 - d) Teoria do Conhecimento
 - e) Etc.

II — DOUTORAMENTO (em LITERATURA PORTUGUESA)

1. Cursos de Literatura Portuguesa e/ou de “áreas afins”, relacionados com a tese.
2. Elaboração da tese.

6. Note-se, à guisa de conclusão e esclarecimento, que este projeto de pós-graduação se apresenta em seus contornos gerais: contém um sumário, um esquema, que implica o debate a seguir. De onde ficarem de lado, propositadamente, aspectos de menor importância, ou que dizem respeito ao sistema todo de pós-graduação, como os pré-requisitos, a carga horária, a duração dos cursos, etc.

INTERVENÇÕES

1. Prof. Ataliba T. de Castilho: Como o relator vê a vinculação do aluno às pesquisas do professor?

R. — É de utilidade nos projetos de caráter editorial, tais como o preparo de dicionários de literatura, ou nos estudos sistematizados de uma época literária. Nas demais circunstâncias a pesquisa deve ser uma atividade pessoal.

2. Prof. Wilton Cardoso: Discorda da recomendação de que se estudem autores secundários e da consideração da Literatura Portuguesa como literatura estrangeira; acha que se deve insistir em suas relações com a Literatura Brasileira, pois no contexto românico a Literatura Portuguesa sai perdendo.

R. — A recomendação do estudo de autores secundários diz respeito aos trabalhos de mestrado, ficando os autores de maior importância para o doutorado. Aceita que não se deve desvincular a Literatura Portuguesa da Brasileira.

3. Prof. João Décio: Como vê uma articulação entre a Universidade de São Paulo e as Faculdades do Interior (Assis, Marília, Araraquara) para a ministração de cursos de Pós-Graduação?

R. — Admite a possibilidade do aproveitamento de docentes das Escolas do Interior, mas indica que há centros pouco entrosados com outros.

4. Prof. Onosor Fonseca: Indaga sobre se a propositura de um tema ao aluno mestrando não representaria um bloqueio de outras áreas não incluídas no temário proposto.

R. — Propõe-se o tema sempre após uma consulta aos alunos. Feita a consulta, decide-se pela concentração em determinado movimento literário, como o Simbolismo, por exemplo. Após isso, cada pós-graduando operará com determinado autor do movimento escolhido, estando previstas alterações. Não acha desprezível a experiência de trabalharem todos numa mesma área, num primeiro estágio de pesquisa. Após isso, naturalmente cada qual adotará um rumo próprio.

5. Prof. Salvatore D'Onofrio: Como encara a instalação de cursos de Pós-Graduação no Interior, com a ajuda da Universidade de São Paulo?

R. — Acha inexequível, dada a inevitável duplicação de trabalhos que isso representaria.